

**A. I. N °** - 295308.0837/08-4  
**AUTUADO** - INNOVAZIONE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.  
**AUTUANTE** - ERIVELTO ANTÔNIO LOPES  
**ORIGEM** - IFMT/SUL  
**INTERNET** - 27.04.2009

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0080-02.09

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS NÃO ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO. É devido a antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias, não enquadradas no regime de substituição tributária, quando adquiridas fora do Estado para comercialização. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 05/08/2008, exige ICMS, no valor de R\$13.242,85, acrescido da multa de 60%, sob a acusação de falta de recolhimento referente à antecipação parcial, decorrente das aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para fins de comercialização, por contribuinte descredenciado.

O autuado impugnou o lançamento tributário, fls. 55 e 56, dizendo que se trata de filial de uma empresa cuja matriz tem como principal atividade comércio, representação, importação e exportação de materiais de ferragens e metais em artigos de segurança, inclusive elétricos e eletrônicos e que apesar de ter no objeto social representação, comércio de móveis para residências e para escritórios, importação e exportação de móveis, prestação de serviços de montagem de móveis e decoração de ambientes como suas atividades, suas atividades principais são:

- a) prestação de serviços de criação de projetos, montagens de móveis para decoração de ambientes, serviços executados por funcionários especializados;
- b) representação comercial da empresa ORNARE, fabricante dos móveis por ele adquiridos, para seu ativo imobilizado, os quais são expostos no show room da sua loja, para serem vistos e se for do agrado escolhidos pelos clientes. Se concretizado o negócio, o cliente adquire os móveis escolhidos diretamente do fabricante do qual é o representante.

Alega que as mercadorias apreendidas que deram origem a autuação não se destinam a comercialização e sim ao seu ativo Imobilizado, estando assim desobrigada do pagamento da antecipação parcial do ICMS, ficando sujeita ao pagamento do diferencial de alíquota, ativo fixo. Diante do exposto acima requer o cancelamento do referido auto de infração.

O Auditor Fiscal designado presta informação fiscal, fls. 83 e 84, esclarece que o prazo limite para pagamento da antecipação parcial previsto para contribuintes descredenciados é na entrada do Estado, no primeiro posto de fronteira, mas o autuado não procedeu ao recolhimento espontaneamente.

Aduz que o cadastro do contribuinte indica a atividade principal da autuada como Comércio Varejista de Móveis. Portanto, a princípio, a ação fiscal é totalmente procedente porque se deu sobre a aquisição de móveis e acessórios por comerciante descredenciado.

Acrescenta que A defesa alega ser apenas representante comercial, mas não traz prova documental ao processo. Ela deveria juntar aos autos uma cópia do contrato de representação com o fornecedor dos móveis que ela apenas instala. Entretanto, a autuada se restringe a argumentar a sua condição de representante e não prova o quanto alega com elemento de prova que deveria necessariamente dispor. Desta forma, o artigo 142, do RPAF, autoriza a presunção da ação fiscal.

Conclui dizendo que o Auto de Infração é procedente.

## VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ICMS em decorrência da falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação parcial de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para comercialização, por contribuinte descredenciado.

Em sua peça defensiva o sujeito passivo alegou que é prestador dos serviços anteriormente relatados, e as mercadorias apreendidas não se destinam a comercialização e sim ao seu ativo Imobilizado, cujos móveis são expostos no “show room” de sua loja, sem, contudo, demonstrar cabalmente os mencionados fatos.

Salientou que só faz a representação comercial da empresa ORNARE - Indústria e Comércio de Móveis Ltda., fabricante dos móveis apreendidos, mas não carrou aos autos qualquer documento que comprove a relação jurídica dessa representação comercial com o fornecedor dos referidos móveis.

Ressalto que conforme disposto no art. 123 do RPAF/BA, é assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do lançamento, na esfera administrativa, aduzida por escrito e acompanhada das provas que tiver referentes às suas alegações e como nada foi apresentado, constitui mera negativa de cometimento da infração, o que à luz do art. 143 do mencionado diploma legal, não desonera o autuado da responsabilidade pelo pagamento do imposto. Concluo que não foram apresentadas provas.

Ademais, a atividade econômica principal do sujeito passivo é a de comércio varejista de móveis, assim, pela natureza e pelo volume das mercadorias discriminadas nas notas fiscais, às fls. 7 a 75, fico convencido do seu intuito comercial, consoante prevê o art. 36 do RICMS/97. Na impugnação o autuado não questionou os números apresentados nem às notas fiscais constantes dos autos.

Portanto, é devida a antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias, não enquadradas no regime de substituição tributária, quando adquiridas fora do Estado para comercialização (art. 12-A da Lei 7.014/97, incluído pela Lei 8.967/03). Pelo que, está correta a exigência do crédito tributário. Infração caracterizada.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 295308.0837/08-4, lavrado contra **INNOVAZIONE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para

efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$13.242,85**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de abril de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR